

A Aposta numa Escola de Qualidade

*- Ernesto Candeias Martins
(Subdirector da ESECB)

0.- Está hoje na mó de cima o debate sobre a qualidade no ensino e nas escolas. Neste âmbito surgiu o ‘Projecto-Piloto Europeu sobre ‘Avaliação da Qualidade na Educação Escolar’ (*‘Projecto Qualidade XXI’*, sob a orientação do Instituto de Inovação Educacional). As competências e os conhecimentos requeridos dentro das próximas décadas serão diferentes das actuais. As tendências económicas permitem-nos projectar um panorama futuro, de onde destacamos: o ritmo vertiginoso das mudanças provocarão desfasamentos entre os conhecimentos adquiridos e as competências exigidas; as inovações tecnológicas influirão cada vez mais na vida e no emprego; e os efeitos cada vez mais significativos da globalização na vida quotidiana; as competências no desempenho e as capacidades das pessoas serão primordiais para a competitividade e o progresso, e determinantes na empregabilidade e qualidade de vida individuais; os mercados de trabalho serão mais abertos, flexíveis e exigentes.

No séc. XXI as escolas funcionarão num ambiente diferente devido aos novos meios, aos avanços das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), requerendo-se novas respostas às exigências das informações, do mercado de trabalho e da educação. Por isso, os alunos devem conseguir um bom índice de qualificação, de modo a reforçar a competitividade das economias e conservar e ampliar a riqueza cultural do país.

A nossa reflexão intenta abordar duas questões fulcrais sobre a qualidade das escolas: os motivos e as matérias de uma reforma educativa e o papel das empresas na formação dos alunos.

1.- *Motivos e Matérias de uma reforma educativa.* A maior parte dos países mais desenvolvidos implementaram ao longo do séc. XX o acesso a uma educação para todos, estratégias e métodos pedagógicos inovadores e adaptaram as escolas às novas normas da oferta generalizada do ensino, obrigando a mudanças organizacionais, por vezes sem o êxito desejado. Um dos reptos educativos para este novo século é, por um lado, o dar resposta eficaz às novas necessidades e, por outro, conseguir que os sistemas educativos nacionais integrem elementos de incentivo que melhorem a qualidade do ensino. A nossa ideia é que só os sistemas educativos de alta qualidade podem assegurar a coesão social, o desenvolvimento cultural e o progresso e crescimento económico sustentável.

As escolas, fontes fundamentais de informação e de ensino, deverão ensinar os alunos a usar os novos meios, a escolher as informações oferecidas e a utilizar os conhecimentos para incrementarem a sua valorização pessoal e social. Contudo, há um desfasamento entre as competências que as empresas consideram necessárias para a empregabilidade e as que se ministram aos alunos nas escolas.

Actualmente o controlo da qualidade do ensino e da formação não é o mais idóneo. O ensino público concebe-se como gratuito para os pais e alunos, mas cabe à sociedade pagar um elevado preço pelo sistema educativo. Neste contexto exige-se a instauração de sistemas fiáveis de responsabilização económica para verificar a qualidade das escolas (perfil de competências dos alunos que forma), de modo a que estas criem um produto de valor a troco do controlo dos custos investidos.

Por outro lado, o papel principal das escolas foi e é o de preparar os alunos para o mercado de trabalho, ajudando-os a desenvolver competências para o desempenho pessoal e social na sociedade. A escola deverá analisar o que implica a concretização desse objectivo, segundo as recomendações do *Relatório sobre a Educação*, proposto pela UNESCO (1996), para a sociedade complexa e em rápida mutação. Recomenda-se que o aluno ‘aprenda a adquirir conhecimentos’, ‘aprenda a fazer,’ ‘aprenda a conviver’ e ‘aprenda a ser’. De acordo com a perspectiva empresarial as escolas deverão ministrar competências básicas (conhecimentos, compreensão actualizada e relevante), competências práticas (resolução de problemas, manejo dos TICs, eticidade no desempenho e no emprego), competências sociais (comunicação interpessoal, relações laborais e sociais, conhecimento de línguas, valores cívicos essenciais, solidariedade, participação, etc.) e competências e valores pessoais (autonomia, responsabilidade, inteligência emocional, atitude empresarial, capacidade de aprender e de aplicar o aprendido, adaptação às mudanças, aptidão para avaliar e enfrentar as virtudes e os defeitos, capacidade crítica, etc.). Na prática, nenhum aluno deveria abandonar a escola sem ter uma titulação que o qualifique para um trabalho.

Ora, estas exigências obrigam a uma revisão nos objectivos, nos métodos e nas estratégias, modernizando o ensino e incentivando as escolas para as novas tendências e tecnologias da educação. De facto, a formação dos alunos já não termina ao saírem da escola. O mercado de trabalho exige mais capacidades para aprender e adaptar-se à vida e à sociedade da informação e do conhecimento. Assim, neste século XXI, toda a sociedade é formativa (educação formal, não formal e informal), constituindo a escola o seu fundamento e inspiração. Lembramos que o *International Adults Literacy Survey* (OCDE e Oficina Estatística Canadense em 1995) revelava que a maior parte da população entre os 16 e 65 anos está por baixo do nível desejado de alfabetização. Estes indicadores implicam a necessidade de um sistema binário: sistema de educação básica e secundária de alta qualidade e um sistema de formação inicial/contínua.

Somos apologistas que, para uma escola ser boa necessita em primeiro lugar de um corpo directivo e docente sólido, competente e interventor que compreenda todos os factores determinantes na organização escolar e no ensino ministrado. Em segundo lugar que a escola estabeleça níveis de resultados, de exigências e de avaliação geradores de melhores resultados e aproveitamento dos alunos. A partir dos níveis de exigências nacionais, a administração pública e as escolas fixariam objectivos de melhoria e de qualidade (critérios), com uma avaliação objectiva aos resultados e competências pessoais e sociais obtidos pelos alunos, quer no âmbito formal, quer nas competências práticas, de modo a qualificá-los para o mercado de trabalho. É nesta perspectiva de cultura de auto-formação e de exigência de melhoria da qualidade da educação que se vêm implementando nas escolas as avaliações institucionais, com avaliadores internos e externos, que possibilitarão comparar as escolas e examinar o progresso (inovador) de cada uma delas, a capacidade formativa e de leccionação dos professores e a relação das escolas com a comunidade.

Na nossa opinião há, entre outras, quatro condições determinantes para melhorar a qualidade das escolas:

*- *Cooperação e competitividade*. Cada vez mais a adaptação das escolas às necessidades dos seus alunos ficará submetida à colaboração com a família e ao envolvimento e participação desta na escola. As escolas têm que cooperar e competir entre si face à competitividade e às exigências do mercado de trabalho. O financiamento público dependerá do número de alunos, da qualificação dos professores e dos resultados de avaliação da escola, de maneira a criar-se uma dinâmica económica que favoreça a escolha por parte dos pais e alunos e promova o sucesso. Neste contexto, o financiamento estatal deverá recompensar os progressos que cada instituição faz com os seus alunos, da adaptação do ensino ministrado às suas reais necessidades e da

associação dos recursos com os resultados obtidos. A prioridade consiste na reformulação da gestão do pessoal docente, dos métodos de ensino e da organização e dos recursos da escola.

*- *Curriculo equilibrado*. Pretende-se um currículo que satisfaça as necessidades e expectativas dos alunos, que dê relevância às disciplinas científicas, técnicas, artísticas e de humanidades (ética). A escola, ao preparar o futuro cidadão, capacita-o para a participação, a compreensão e as obrigações sociais e cívicas. Simultaneamente, deverá preparar os alunos para a mobilidade, para as competências nos TICs, no domínio das línguas, estimular a actualização de saberes e formação contínua e a aplicação dos valores fundamentais à vida social e profissional. O ensino será mais individualizado, de modo a que os alunos sejam participantes activos da sua própria formação (auto-aprendizagem). A comunidade e as empresas deverão participar nessa transição dos alunos da escola para o emprego.

*- *Autonomia das escolas*. Estas precisam de liberdade para uma auto-gestão responsável frente à comunidade, ao Estado e às famílias, faculdade de escolherem os seus professores, recompensando os melhores e penalizando os piores e terem poder de decisão sobre os métodos e técnicas de ensino e acesso às investigações e análises sobre as melhores práticas educativas e de gestão escolar. A autonomia escolar confere às escolas flexibilidade para organizarem os seus recursos. As escolas devem gerir com autonomia o seu orçamento, controlarem os custos, responsabilizarem-se pela concretização dos seus objectivos, ampliarem os seus recursos e aprenderem das melhores práticas, inovações e princípios aplicados.

*- *Qualidade dos docentes*. Todas as escolas deverão possuir profissionais de mais valia, com oportunidade de realizarem uma carreira que os compense pelos bons resultados obtidos, oferecendo incentivos aos mais comprometidos com os objectivos da instituição e uma flexibilidade nos contratos de trabalho. A qualidade do ensino implica a instauração de um sistema de formação e selecção de professores apoiado em investimentos que os prepare para os novos desafios e uso das tecnologias da informação.

É bom dizer que algumas medidas estão já contempladas por alguns diplomas mas caberá à administração estabelecer novas regras que possibilitem aproveitar e desenvolver as energias e os talentos existentes em muitas das nossas escolas.

2.- *A mensagem educativa reformadora e o papel das empresas*. A reforma educativa vigente possibilita às escolas formar os alunos adaptados às novas exigências do séc. XXI. Contudo, há um desfazamento entre os conhecimentos e as competências ensinadas aos alunos e os factores resultantes para alcançar níveis de qualidade e competitividade. A escola deverá modificar o seu papel e modelo organizacional actual, promovendo competências básicas de qualidade e fundamentos sólidos nos diversos saberes e, ainda, destacar na formação dos alunos as competências sociais e pessoais, os valores sociais e cívicos (cidadania), a capacidade de aprender a aprender ao longo da vida, que são aptidões imprescindíveis para o emprego, para a mobilidade e para a qualidade e bem-estar na vida.

A administração pública deverá conferir uma real autonomia de gestão às escolas, responsabilizando-as pelos seus custos, pela qualidade de ensino ministrada, pela definição dos níveis (nacionais) para cada disciplina ou matéria curricular (rentabilidade educativa), que permita medir os resultados escolares e aplicar procedimentos de auto-avaliação e aperfeiçoamento contínuo. Cabe às escolas estabelecer objectivos e metas ambiciosas e serem responsáveis pelo seu cumprimento, escolher o pessoal docente de mais valia, desenvolver e implicar mais os pais, as empresas e a comunidade local na concretização desses objectivos de qualidade. A avaliação sobre a qualidade das escolas e do sistema educativo, feita pelo Ministério da Educação, implicará a elaboração de uma cotação nacional das escolas comparável entre si, para cada nível de ensino, de modo a fornecer informações úteis aos pais, aos estudantes, às empresas e à administração pública.

Somos da opinião que mais dinheiro não implica melhor qualidade. No entanto, é importante uma reforma na gestão do pessoal, nos métodos e técnicas de ensino, na organização

escolar, e promover mais eficácia nos recursos existentes para dar vazão às necessidades e prioridades de formação dos alunos e das empresas. Daí que o financiamento do Estado às escolas deverá depender da ‘procura’ dos alunos e da qualidade de ensino.

De facto, para fomentar a integração e a eficiência dos estudantes são necessários a cooperação e a competitividade. O sistema educativo deve prever o direito dos pais e alunos escolherem livremente as escolas mais idóneas, o direito das escolas escolherem os seu corpo docente mais qualificado e a aplicação de uma cotação nacional entre as escolas no âmbito da qualidade do ensino e da educação.

Neste sentido, as escolas convertem-se gradualmente em lugares promotores da aprendizagem activa e personalizada, potencializando as tecnologias da informação e comunicação (TICs), garantindo uma orientação escolar equilibrada entre a ‘teoria’ e a ‘prática’, entre os conhecimentos e as capacidades técnicas, estimulando a curiosidade dos alunos e desenvolvendo competências e atitudes axiológicas para o bom desempenho profissional e pessoal e para compreenderem melhor a sociedade global.

O êxito escolar obriga a mudanças na qualificação e na actuação do corpo directivo e do pessoal docente e não docente, exigindo-se a todos eles uma maior formação prática e uma implementação de medidas de aperfeiçoamento profissional. Deste modo, ter-se-à que actualizar as condições da profissão, atribuindo estímulos para o êxito, com incentivos diferenciados em função das tarefas e dos resultados conseguidos. Aos docentes compete-lhes ainda introduzir inovações científico-pedagógicas, requerendo-se um maior trabalho colectivo.

Por fim, as empresas não podem estar alheias a estas reformas educativas, sendo necessário que ajudem activamente as escolas na gestão e na preparação dos seus alunos para uma melhor inserção no mercado de trabalho, através de incentivos económicos, na orientação profissional, na oferta de postos de trabalho, na aplicação de novas TICs, facultando estágios e experiências laborais, etc.

Na opinião dos empresários há um desfasamento entre a qualificação solicitada pela sociedade e pela economia de mercado e a que as escolas produzem, aconselhando a um maior controlo na sua gestão e na qualidade de ensino. Reconhece-se que as escolas até podem ministrar um alto nível de conhecimentos, mas não ensinam os alunos a valorizar nem a desenvolver o ‘aprendido’, nem o ‘*aprender a fazer*’. Detecta-se, também, um isolamento da escola com a comunidade local e a sociedade em geral, faltando mais contactos (protocolos e parecerias mais eficientes) com as empresas e com os objectivos estabelecidos pelo crescimento económico e a competitividade. A educação caracteriza-se mais pela quantidade (matérias e disciplinas curriculares, demasiados professores e escolas) e menos pela qualidade do ensino nas aulas e nas inovações pedagógicas.

Em suma as escolas, as famílias e os empresários deverão colaborar mais activamente para que os alunos tomem decisões mais consistentes sobre o seu futuro e sobre o emprego a seguir. Cada vez mais o mundo actual exige uma orientação integral para a formação dos nossos jovens apoiada no ‘*trabalhar para aprender*’, nas competências da linguagem, nos conhecimentos de matemáticas básicas, no domínio dos TICs e de uma língua estrangeira, na faculdade de aprender autonomamente, na capacidade de gerir situações e relações, etc., pois só assim poderemos superar alguns aspectos deficitários das actuais políticas educativas. Pretende-se um sistema que aceite que os diversos seres humanos realizam processos educativos e formativos diferentes em função das suas necessidades, mas as práticas e a certificação de competências (formais e não formais) constituirão um factor de desenvolvimento profissional e pessoal e uma via para a inserção social.